

QUESTIONAMENTO SOBRE A CRÍTICA ESTÉTICA

Marta Campos

Mestrado em Literatura Brasileira pela PUC/RJ

Tomando por base a sua leitura de Aristóteles, sobretudo os textos que se referem aos princípios de organização poética, contidos na *Arte Poética*, é que Afrânio Coutinho erige o seu conceito de crítica literária, que denomina "crítica estética". Tendo em vista a análise dos pressupostos que norteiam este tipo de crítica, inicio por desconfiar da maior eficiência que pretende ter tal método, em relação a outras variedades de método — histórico, sociológico, estilístico, psicológico, determinista ou biográfico —, na análise das obras de arte. Não tratarei neste trabalho de explicitar a minha preferência por esta ou aquela metodologia, mas de tentar especificar, através de uma cadeia demonstrativa — e que não se pretende, diga-se de passagem, exaustiva —, a insuficiência de uma análise estética qualquer que pretenda dar conta de um objeto artístico. A leitura da obra de Afrânio Coutinho me despertou interesse pela estranheza que me causou constatar nela, ao lado de uma volumosa teorização crítica, a total ausência de *exemplos* de análise, levando-me a me deter com mais cuidado ainda sobre tais reflexões sem que tivesse a me ajudar uma aplicação prática do método crítico defendido pelo autor. De qualquer forma, a minha desconfiança se dirige tanto à abrangência do corte teórico efetuado pela crítica estética quanto ao resultado de suas aplicações práticas, embora minhas considerações se dirijam aqui muito mais diretamente à primeira que à última destas questões.

O primeiro passo que se oferece ao analista cujo instrumental metodológico se liga aos pressupostos da ciência estética tradicional é a tomada dos elementos "intrínsecos" da

obra literária, em oposição a um tipo de primeira abordagem qualquer que leve em conta elementos “extrínsecos” ao texto ou extraliterários. Ressaltando que a qualidade específica da literatura é a sua “essência estética”, esta crítica já se coloca de antemão muito à vontade: primeiro, para falar da especificidade da literatura, não como *hipótese*, o que seria, acredito, uma maneira mais reflexiva e cuidadosa de tratar especificidade tão discutida quanto discutível, mas como *descoberta*, fazendo-a julgar por tal motivo meritória uma postura ótica que não deixaria de ser menos obscura apenas por se mostrar, diante de seu objeto de estudo, de mesma natureza que este, ou seja, “esteticamente”.

Além deste problema, o apelo aos elementos intrínsecos da obra em oposição a seus elementos extrínsecos, a crítica estética de Afrânio Coutinho nos apresenta logo uma segunda questão que, se não é ignorada pelo teórico, ao menos não é abordada por ele: a do extrínseco contido na obra e a sua transformação em intrínseco. Aqui, a relação causal e unívoca entre fatores internos e externos do texto é percebida ainda de maneira dicotômica, com o privilégio do que o autor chama de “fatores internos”. Ou seja, o que interessa ao analista é menos a descoberta do processo de transformação dos elementos simbólicos do universo através da linguagem e a rede tecida por tais elementos dentro do texto, do que a obra de arte como produto final acabado, livre das exterioridades não-artísticas, não-literárias. Note-se a radicalidade da separação operada por tal concepção do objeto artístico entre ele e a realidade — sendo esta considerada sempre como algo de “externo” ao objeto —, entre fator interno e fator externo. Tais dilemas são bem característicos das posições que a estética durante tanto tempo defendeu como suas. E se, modernamente, com o surgimento do estruturalismo, por exemplo, e depois de suas variantes, como o método sociológico-estrutural, o esforço de racionalidade dos métodos das ciências humanas mostrou-se ser capaz de superar tais dilemas, criando outros, quem sabe, até mais complexos, pode-se afirmar que o apego a tais separações já se tornou anacrônico.

Falar-se de uma diferença radical entre texto e contexto ainda é possível hoje numa crítica estética porque esta se baseia, no fundo, na experiência estética, na leitura prazerosa do texto. Daí as palavras de Afrânio Coutinho de que “nós não lemos, ninguém lê um romance procurando aprender coisa nenhuma. O que nós vamos ver, encontrar no romance, procurar no romance, é um prazer — chamado *prazer esté-*

tico, cuja definição tem sido procurada pela maioria dos filósofos estéticos. Este prazer estético é que é o objetivo da obra de arte, segundo Aristóteles".¹ Temos, assim, a experiência estética tomada como ponto de chegada da leitura e, deste modo, como útil ao conhecimento do texto, sem que a operacionalidade do deleite estético para fins de resultado de uma análise literária seja ao menos indagada.

Como afirma Luiz Costa Lima, "a experiência estética é o instrumento de defesa da arte",⁽²⁾ porquanto a percepção do belo apenas confere ao objeto artístico sua configuração confusa, "afirmando-o como esfinge". Daí por que a fixação no critério do belo, defendido pela ciência estética e pelos métodos que lhe servem de instrumento, revela-se como insuficiente para destituir de sua máscara o objeto artístico, deixando o analista ou o teórico da literatura aquém do conhecimento real de seu objeto de estudo. É falacioso supor que a ciência estética, com uma teoria da percepção, da sensação do belo, possa por assim dizer, capturar o objeto artístico, tendo em vista que é centrada sobre o leitor e, assim sendo, só de suas reações frente à obra é capaz de nos dizer alguma coisa. Como primeiro estágio da leitura, a experiência prazerosa do texto pode nos dizer apenas em que condições — sociológicas, psicológicas ou históricas — ela própria se dá, mas é de pouco alcance epistemológico para poder explicar por si mesma as leis internas de organização da obra de arte.

Admitindo-se que essa mudança de método, do histórico para o intrínseco, desse conta da desestruturação formal deste universo intrínseco do texto literário, mesmo assim não se poderia negar que o crítico haveria permanecido em limites estreitíssimos da análise, digamos, naquilo que é mais visível para o comum dos leitores. A decifração da camada sintagmática, é certo, não oferece maiores dificuldades a uma análise estética qualquer. Porém, os caminhos que levam à operacionalização do eixo paradigmático do discurso são bem menos simples. O que é mais provável é que os defensores da estética, tão preocupados com os elementos "internos" do texto literário, não tenham ainda se dado conta da existência desta outra face do texto, o que, se houvesse, já viria a abolir de vez e por completo com o que por acaso houvesse restado da discussão sobre "interno" e "externo".

Após as contribuições de Saussure e Freud no que diz respeito, respectivamente, aos dois níveis do discurso e ao inconsciente, foi necessário que se procedesse a uma reformulação do conceito de discurso. Esta nova formulação do termo

leva em conta tanto o texto como seu subtexto, constituído por ausência. Os chamados elementos “internos” da crítica estética ajudariam a compor, portanto, a cadeia sintagmática do discurso, sustentada esta por uma cadeia paradigmática na qual os signos sintagmáticos são selecionados entre outros signos semelhantes e possíveis dentro do código da língua. Segundo Luiz C. Lima, pois, “tornou-se assim possível criticar a oposição entre critérios externos e internos, pois o que se tomava como interno ao texto se resumia ao domínio do sintagmático, as alusões à cena paradigmática sendo feitas de maneira intuitiva, não sistemática. Por outro lado, o paradigmático a buscar não se encontra inevitavelmente dentro do texto. Desenvolve-se, pois, a idéia de *contexto*, que já não se confunde com a de exterioridade. O contexto anula a oposição externo/interno pois se encontrará tanto fora quanto dentro do texto em consideração, sendo ademais este fora apresentado seja por outros textos do mesmo autor, de autor diferente — com o qual aquele apresenta alguma relação —, senão mesmo pelos valores e crenças da sociedade ou do segmento social a que pertencia o autor”.³

Em Afrânio Coutinho, observa-se a reunião de três pressupostos coerentemente defendidos por ele que nos servem, em última instância, para caracterizar a sua postura crítica. Os dois primeiros se referem a uma tomada de posição pela análise estética e pela recusa ao mérito histórico; o terceiro, que nos interessa agora, é o que vem a tomar a teoria literária como metodologia para a abordagem do texto. Primeiramente, antes de colocarmos de fato esta questão, deixaremos dormir as palavras do próprio autor que comprovam nossa afirmação. Em seguida, passaremos à discussão de outros elementos que exigem sua colocação antes deste, por melhor o esclarecerem. Assim nos fala Coutinho, em suas considerações sobre a crítica:

“Cada grande crítico teve o seu método literário, o seu método crítico. Mas esses críticos, todos eles, estabeleceram o seu método a partir de uma concepção, de uma filosofia da literatura, a partir de uma teoria literária. Por isso, há uma estreita relação entre as teorias literárias e os métodos críticos. Não se pode conceber um método crítico sem estar ligado a uma teoria literária, sem decorrer de uma teoria literária, isto é, de uma maneira de ver a Literatura, de uma maneira de conceber a natureza, a finalidade da Literatura.”⁴

Em várias passagens de sua obra *Da Crítica e da Nova Crítica*, Afrânio Coutinho insiste na necessidade que vê em se tomar como instrumental metodológico uma teoria do conhecimento e uma filosofia dos valores. Ressalta ainda que atitude oposta acabaria redundando num tipo de crítica subjetivista, como a que se originou do romantismo do século XIX. A crítica que postula é que seria a verdadeira, pois teria a estabelecê-la "sólidos fundamentos", ou seja, uma epistemologia, um sistema de valores, um corpo de normas, "sem o que a valoração crítica é um ato vazio e sem consequência".⁵

Tal atitude, mesmo quando tomada em nome da ciência e da objetividade, não engana ao leitor que melhor conhece a teorização crítica do autor, pois este vê aí a mesma preocupação de Coutinho em seguir a trilha que leva ao belo, em suma, à experiência estética. Insistimos em que o caminho da estética não leva o leitor a enxergar o real da obra mas o seu enigma, a sua miragem.

Voltemos agora à discussão apenas anunciada anteriormente sobre a utilização da teoria literária como metodologia crítica. Remetemo-nos aqui outra vez às citações retiradas ao ensaio de Luiz Costa Lima intitulado "O Labirinto e a Esfinge", no qual este autor consegue bons resultados ao refletir sobre o assunto, concluindo pela impossibilidade teórica e lógica de se conferir à teoria literária um caráter epistemológico, que a tornaria ancilar ao exercício da crítica: "a teoria não se pode confundir com a metodologia porque aquela não pode ser o instrumento aparentemente neutro, apenas descritivo, oriundo da exclusão das prenoções que atrapalhariam a apreensão do objeto, como uma metodologia, em seu puro estado, pretende ser."⁶

Encarando a possibilidade, não poderíamos, no entanto, fugir de uma indagação que nos surgiria de imediato e que nos parece de capital importância teórica: qual seria então a posição do crítico? E a do teórico da literatura? Este último, ao que entendemos, passaria a mero "compilador de métodos", enquanto o primeiro na certa se perderia pela pouca cientificidade mostrada na escolha da metodologia que viria a utilizar em sua tarefa crítica. Aqui e ali Afrânio Coutinho cai em inseguranças quanto à eficácia do método estético que, já se sabe e o próprio crítico nos diz "A escola histórica e ao método histórico, filosófico ou erudito, cujo período áureo foi entre 1860 e 1890, (L. Sorrento), opõem-se a escola estética e o método estético ou crítico",⁷ surgiu como reação extrema aos métodos históricos da crítica, pois tenta conciliar

as duas atitudes, de crítica “intrínseca” e crítica histórica, ao afirmar: “a análise exata (*close analysis*) da obra de arte como tal e na sua totalidade e unidade não exclui o conhecimento de certos fatos relevantes que a integram na história da civilização. Por isso são necessários os métodos históricos”.⁸

Há um outro ponto do discurso crítico de Coutinho que nos demanda, como estudiosos, atenção especial, embora possa o assunto parecer por demais secundário para vir à baila numa discussão que está a se fazer de modo tão sintético, tendo por bem enfocar apenas os suportes metodológicos do autor. Veremos, no entanto, como um elemento secundário do discurso pode adquirir a força indiciadora de pressupostos basilares. Trata-se de havermos observado, em nível sintagmático de leitura, a supervalorização concedida por Afrânio Coutinho à conceituação terminológica.

Tomando por base uma teoria dialética do conhecimento, o conhecimento de um objeto não se dá *apenas* através da conceituação deste objeto. Este é um passo primordial, que não é de modo algum o fim da análise. O objeto não se dá a conhecer totalmente através de seu conceito e admitir isto é incidir num raciocínio fechado e incompleto. Na lógica formal de Aristóteles, é possível se tomar o ser como totalmente conhecido quando o que se sabe dele são apenas seus atributos mais *essenciais* (elementos internos e de hierarquia), pois, estando interessado na “essência” dos seres, ela deixa de lado seus elementos *acidentais*. Ora, é tomando o raciocínio de Aristóteles que Afrânio Coutinho, em ensaio no qual levanta o dedo contra a crítica brasileira em geral, acusando-a de falta de embasamento teórico, chega a afirmar com muita severidade: “a maioria dos equívocos que envolvem o problema da crítica, no Brasil, decorre de uma questão de terminologia”.⁹ Não desejo tomar a afirmação como indiciadora de um raciocínio dogmático, senão quando se comprova, em diversas outras passagens de seu livro, que o rigor no uso dos termos adquire para o crítico a mesma importância que outros autores dedicariam ao rigor do método. Do mesmo modo que para alguns críticos o domínio de determinado método é indispensável para um trabalho crítico eficiente, aqui o domínio da terminologia, simplesmente, é tomado como sucesso ou insucesso da crítica: “os termos só têm validade crítica se devidamente definidos e de contorno conceitual nítido. Do contrário, é a desordem”, completamos, na crítica, “e perdem qualquer utilidade e eficácia”.¹⁰ O dis-

curso da autoridade exige sempre ser proferido em alto e bom tom, *claramente*, para que se faça cumprir, de preferência, *eficazmente*. O que quer que traga em seu bojo: ordens, ameaças, ou simplesmente que se tome por verdade seus preceitos. Se for possível falar em ideologia sem querer negar sua existência em todos os discursos, até mesmo na crítica da crítica, diríamos que a própria escolha de um tipo de método para o estudo de um objeto é denunciadora de uma ideologia. Quanto ao método em questão, diríamos, com Costa Lima, que “o estético é a forma ideológica implantada sobre a arte; o modo de a sociedade aceitá-la”.¹¹ A postura estética do crítico é também ideológica porque ela não comporta indagações sobre o alcance de seu próprio método, tendo em vista que o considera universalmente mais válido que todos os outros.

Para finalizar nossa discussão, exerceremos o corte sobre o último elemento da ordem que constitui o processo crítico de Afrânio Coutinho, o julgamento estético. Os dois primeiros elementos são, nesta ordem, a análise e a interpretação do texto literário, dos quais ressaltamos alguns procedimentos que nos ocuparam até aqui. Mesmo assim, é necessário tornar claros os passos seguidos pelo crítico nestes dois momentos, o que não fizemos ainda.

A análise e a interpretação literárias, é bom que se diga, não recebem de Coutinho a explicitação satisfatória exigida pelo leitor. Por isso não nos ocuparemos também delas o bastante, senão para afirmar que a primeira segue os postulados da análise estilística, verificando-se na obra como se organizam certos elementos de forma literária mesmo e, especificamente, de estilo individual. Estes elementos, que são os que o crítico denomina de “internos”, constituem: o tipo de narrativa, o enredo, os motivos, os pontos de vista, os personagens, a linha melódica do movimento da obra, a temática, a prosódia, o estilo, o ritmo, a métrica, sobretudo. Com respeito à interpretação, esta é ainda menos explicitada, fazendo-nos tomá-la na acepção aristotélica de interpretação estética da catarse, a que o autor faz referência em sua obra *Por Uma Crítica Estética*. Acabamos cobrando de Coutinho o que ele cobra a toda hora aos críticos: o rigor terminológico. Mas o fazemos também pelo receio de cair em injustiças nas quais u’a má leitura do autor nos pudesse fazer cair. Que as falhas decorram de tudo, menos da má leitura. Resta somente dizer destas categorias, análise e interpretação, que, da maneira como se filiam à crítica estética, são colocadas na mesma pers-

pectiva tópica através da qual o crítico estético lê o texto: a de experimentador do prazer, e somente até aí.

O julgamento estético, como terceiro momento do processo crítico de Afrânio Coutinho, é tido por ele, digamos, como o “coroamento” dos resultados já atingidos por meio da análise e da interpretação. Este julgamento seria em termos de valoração do objeto, para a qual se lançaria mão da teoria dos valores que o autor coloca como indispensável *tool* para a tarefa crítica. A finalidade desta seria, em última instância, o julgamento da obra e não o conhecimento de seu real. A partir deste pressuposto, qualquer discussão em termos de como se dá esse julgamento seria de menor importância, pois a questão que se propõe aqui é a da validade do próprio julgamento, como fim a que deve atingir a crítica. Indagamos ainda qual o sentido “positivo” que existiria neste momento para, no dizer de Coutinho, dar-se à crítica o “sentido construtivo” necessário a todo trabalho “responsável”:

“Se à crítica deve dar-se qualquer sentido construtivo; se quisermos que ela se torne uma disciplina científica, merecendo o respeito que despertam todas as outras desse teor; se há que fazê-la sair no plano puramente pessoal, que a reduz a mero jogo arbitrário, gratuito e mais ou menos irresponsável, às vezes belo como no caso dos grandes impressionistas, mas nem sempre útil e quase sempre causa de cepticismo sobre a atividade literária, não podemos concebê-la divorciada de uma epistemologia.”¹²

O que o crítico deseja e acha possível é que o julgamento estético da obra atinja o mais completo grau de neutralidade, o mesmo que a seu ver se dá com a ciência. Ora, ao mesmo tempo ele próprio comprova essa impossibilidade ao oferecer os critérios aos quais deve se subordinar o julgamento: “cultura e sensibilidade do crítico, sua experiência e visão artística, qualidades intelectuais e emocionais, que se aliam às contribuições objetivas da análise para a formação do juízo crítico”.

Além deste lado do problema, o da *neutralidade* da crítica, confundida aqui com *objetividade*, há um outro, que é o da própria configuração do juízo elaborado por esta crítica estética. A discussão, como vemos, vai gradativamente adqui-

rindo maior importância quando se penetra mais profundamente na questão. Sabemos que o juízo também faz parte do pensamento racional e não se deve desviar a discussão por este lado, pois não é isto que se está questionando. Quando se absolutiza, porém, não se deixando transformar em uma forma de conhecimento mais objetiva e verdadeira, ao invés de impulsionar os passos da ciência, torna-se um obstáculo ao seu desenvolvimento. Operando nos limites de padrões fixados *a priori* e muitas vezes escolhidos subjetivamente, o juízo dogmatiza-se, transforma-se em preconceito ou acaba mesmo se perdendo em sua própria "razão". Em Afrânio Coutinho, há uma tendência para a absolutização do juízo crítico, tanto pelo que o faz pensar na existência da "verdadeira crítica" (a estética) como pelo rígido sistema de normas que conduzem seu julgamento. Referindo-se às diversas correntes de crítica contemporânea divergentes (marxista, neo-aristotélica, estruturalista, formalista e outras), Afrânio Coutinho advoga que "todas elas exigem o estabelecimento de um corpo de normas e padrões (*standards*), um sistema de valores, sem os quais a valorização crítica é um ato vazio e sem conseqüências, como é o caso, quase geral, da crítica. O fato não tem valor em si mesmo. O valor precisa ser-lhe adjudicado, a partir de um sistema de normas, que, por sua vez, é codificado por uma teoria dos valores e uma epistemologia".

"O que se chama de 'nova crítica', pois, não data de hoje", refletindo com Roland Barthes.¹³ E o que se pretende novo e por isso instaurador de um novo discurso crítico não passa de uma antiga fala da palmatória: a fala da Moral policialesca, a fala do interdito claro e autoritário, a fala que proíbe a linguagem da não-ordem; o discurso da "nova crítica" não é novo e na verdade não se quer novo: quer-se eterno. E o pensamento crítico que o realiza não mais evolui porque não mais trabalha refletindo sobre si próprio. Para dar continuidade a seu movimento evolutivo, seria necessária uma verdadeira mudança que lhe conferisse uma nova organização. A "crítica estética" de Afrânio Coutinho mostra-se hoje em plena regressão, distanciada que está dos saltos compreendidos pela crítica no que concerne aos métodos de investigação da obra literária. Para que isso fosse possível, no entanto, foi necessário que se contestasse e combatesse também o totalitarismo da letra, imperturbável e cômodo sob a máscara pudica do Belo, do Responsável, da Estética, da Moral e do Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COUTINHO, Afrânio. *A Crítica*. Salvador, Livraria Progresso Editora, convênio com a Universidade da Bahia, 1958, p. 31. (Publicação da Universidade da Bahia, 5)
2. LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 19.
3. Id., *ibid.*, p. 29-30.
4. COUTINHO, Afrânio, *op. cit.*, p. 7-8.
5. COUTINHO Afrânio. *Da Crítica e da nova crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 65-66. (Coleção Vera Cruz, 9)
6. LIMA, Luiz Costa, *op. cit.*, p. 22.
7. COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro, Distribuidora de Livros Escolares, 1970, p. 9.
8. COUTINHO Afrânio. ILB, p. 13.
9. COUTINHO, Afrânio. DCDNC, p. 59.
10. COUTINHO, Afrânio. Id., *ibid.*, p. 32.
11. LIMA, Luiz Costa. *A Metamorfose do Silêncio*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974, p. 110. (Coleção Enfoque, 2)
12. COUTINHO, Afrânio. DCDNC, p. 43.
13. BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*, São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 187, (Coleção Debates, 24)

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo, Perspectiva, 1970. (Coleção Debates, 24)
- BONET, Carmelo M. *Crítica literária*. São Paulo, Mestre Jou, 1969.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965. (Coleção Ensaio, 3)

- COUTINHO, Afrânio. *Da crítica e da nova crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1975. (Coleção Vera Cruz, 9)
- . *Por uma Crítica estética*. Caderno de Cultura, MEC.
- . *No Hospital das letras*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.
- . *A Tradição afortunada*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.
- . *Introdução à literatura no Brasil*. 6. ed., Rio de Janeiro, Distribuidora de Livros Escolares, 1970.
- . *O Homem moderno e o humanismo*. Separata de *A Fala dos Mestres*.
- . *Letras Brasileñas*. *Revista Iberoamericana* (98-99), jan/jun/1977.
- . *O Peregrino da América* (III Relecturas).
- . Os Problemas da nacionalidade e originalidade da literatura brasileira. *Revista Iberoamericana*, 34 (65)
- . Machado de Assis. *Revista Hispânica Moderna*, 33 (1/2) jan./abr., 1967.
- . *A Literatura como fator de nacionalização brasileira*. Separata da *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 184: 201-20.
- . *Recepção de Afrânio Coutinho na Academia Brasileira de Letras*. Rio, 1962.
- . *A Crítica*. Salvador, Livraria Progresso Editora (convênio com a Univ. da Bahia), 1958. (Publicações da Universidade da Bahia, 5)
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/Lógica dialética*. 2. ed. Rio de Janeiro. Civ. Brasileira 1979. (Coleção Perspectivas do Homem, 100)
- LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1975.
- . *A Metamorfose do silêncio*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. (Coleção Enfoque, 2)
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista. Sobre a Categoria da Particularidade*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem, 33)
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e — *Teoria da literatura*. São Paulo, Martins Fontes, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira. Seus fundamentos econômicos*. 6. ed. Civ. Brasileira, 1976. (Coleção Vera Cruz, 60)

SOURIAU, Etienne. *Chaves da estética*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1973. (Coleção Chaves da Cultura Atual, 7)

VITA, Luis Washington. *Tendências do pensamento estético contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1967. (Coleção Temas, Problemas e Debates, 9)